



**observatório  
universitário**

**Notas sobre a conjuntura política  
Agosto 2014 / Maio 2015**

**Edson de Oliveira Nunes**  
*enunes@candidomendes.edu.br*

---

Junho de 2015

*O Observatório Universitário alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior e sua relação com a regulação governamental. A série Documentos de Trabalho tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.*

## ***Observatório Universitário***

### **Autoria**

Edson de Oliveira Nunes

### **Coordenação do Observatório Universitário**

*Edson Nunes*

### **Equipe**

*Ana Flávia Melo Barbosa*

*Claudia Regina da Silva Moura*

*David Morais*

*Ivanildo Ramos Fernandes*

*Jonatham Felix Ribeiro Lopes*

*Julia Vogel Albrecht*

*Luciana Gomes da Silva*

*Márcia Marques de Carvalho*

*Patrícia Dias*

*Pedro Paulo Nascimento Silva*

*Regina de Fátima Pereira da Silva*

*Robson Rocha de Azevedo*

*Thiago Pezzuto Pacheco*

*Antônio José da Silva Neto*

*Gabriela Mayall dos Santos*

**Rua da Assembleia, 10/4208 – Centro**

**20011-901 – Rio de Janeiro – RJ**

**Tel./Fax.: (21) 3221-9550**

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

## SUMÁRIO

DOMESTICAÇÃO DA MODERNIDADE, NATURALIZAÇÃO DA BANALIDADE.....	4
PRESIDENCIALISMO MALABARISTA E AS TRANSFORMAÇÕES MOLECULARES.....	6
POLÍTICA DE EPÍTETOS, A PAUPERIZAÇÃO DO DIÁLOGO.....	9
SOBRE GOVERNOS CIVIS E MILITARES NO BRASIL.....	10
TUNEL DO TEMPO: ENTREVISTA DE 1997 PARA SER LIDA EM 2015.....	12
TEMPO PERDIDO NA BRIGA "IDEOLÓGICA".....	14
O OUTRO LADO DA CRISE.....	17
NÃO GOSTO DO PT? .....	19
A LENDA DE DILMA .....	21
A ELEIÇÃO E O FALSO DILEMA INTELECTUAL.....	22
MARVEL COMICS E AS ELEIÇÕES NO BRASIL.....	23
ELEITOR SEM FRONTEIRA.....	24
ELEIÇÃO COMEÇOU EM 2013 .....	25

## DOMESTICAÇÃO DA MODERNIDADE, NATURALIZAÇÃO DA BANALIDADE

Edson de Oliveira Nunes

11 de Julho de 2015

O "ocidente", como o conhecemos, é uma exportação da Europa do Atlântico Norte e dos Estados Unidos. Este ocidente produziu Estados secularizados. Inventou princípios de vida social escorados na convicção de que as sociedades são feitas de indivíduos autônomos, não de religiões, coletividades familiares ou locais. E estabeleceu que são sociedades baseadas numa economia de mercado, de novo, baseada em indivíduos, não em coletividades. Indivíduos que agem em liberdade completa, sem constrangimentos.

Este tal "mercado" é um animal esquisito, embora pareça natural para muitos de nós. Foi criado com base na confiança entre indivíduos, nas transações que conduzem entre si. Confiança é parte integrante do mercado em seu nascedouro. Como nem todas as pessoas são modelos de virtude, o mercado se desvirtuou, e se desvirtua, pela operação de indivíduos sem escrúpulos. Daí a necessidade de estabelecer regras para a operação do mercado. Tais regras, nos acostumamos a chamar de Estado.

Mais tarde, aparecem intelectuais e revoluções que confundiram as duas coisas. Entenderam que o Estado era a solução dos desejos e vontades das pessoas e que tal Estado deveria equalizar todos as vontades e desejos num conjunto de regras Estatais. Assim, a liberdade, que estava na base da invenção do tal "mercado", conheceu o seu sócio, o Estado. Em alguns lugares, o sócio virou majoritário e onisciente, acabou corroendo as liberdades e os indivíduos que inventaram a coisa.

De todo modo, convencionou-se, no pós-guerra, que era de esquerda quem gostava das soluções pela mão do Estado. E era de direita quem achava que a sociedade era composta de pessoas, desejos e sonhos e que, por alguma razão, tinham desprezo pelo Estado

Não deu certo. Os Estados não entendiam as pessoas, unidades microscópicas e responsáveis pela existência da tal "sociedade". Foram embora os Estados, ficaram as pessoas e, claro, a sociedade. Acabou a ideia de que as sociedades, as pessoas, possam ser conduzidas por um entidade relativamente nova, o Estado.

A nostalgia, a ausência desta convicção de que alguma entidade supra individual possa resolver nossas mazelas, desejos, sonhos, falcatruas, defeitos, pecados, criações e esperança humanas, deixou um buraco, um vácuo na imaginação política. Ainda hoje, décadas após a queda do muro de Berlin, continuamos engalinhados nesta dúvida fundamental, que pergunta: onde está a virtude, o suco da vida, nas pessoas e nos seus desejos, ou no Estado e nas suas certezas? No coletivo, movimentos sociais, partidos, corporações, coletividades em geral, ou nas pessoas, indivíduos, unidades microscópicas da existência da sociedade. A sociedade é composta de unidades microscópicas, gente, cada um de nós, ou por entidades colegiadas?

O Brasil está capturado por esta dúvida. Onde está a virtude?

O Brasil soube viver à sombra da modernidade representada pelas sociedades do Norte Atlântico. Pegamos uns pedaços desta modernidade. E mantivemos aquilo que a contradiz, clientelismo, familismo.

O Brasil se especializou em domesticar a modernidade, em favor de uma sociedade inigual, pouco democrática, desde o ponto de vista dos direitos econômicos e sociais. Somos um país de instituições modernas a funcionar bastante bem, combinadas com uma sociedade indesculpável.

Uma democracia que funciona a contento, conforme nossos cânones de cientistas políticos e sociólogos, combinada com um indesculpável compadrio político, uma luta de preservação de direitos de castas políticas ofensivas à sociedade empobrecida que temos.

Domesticamos a modernidade. Parecemos um país moderno desde o ponto de vista institucional. Somos um país lamentável do ponto de vista social, da confiança entre indivíduos. Somos um país moderno com uma sociedade desagradável que acha normal os políticos que temos, a política que temos.

Aqui vem a outra parte do título, a normalização da banalidade. Nossas instituições modernas, capturadas pela nossa "brasileiridade" funcionam, por baixo, como um mercado persa, de patronagem, familismo, amizades, permanências, comando, controle do fluxo de riqueza e poder. Quem nos governa, aparentemente escorados em instituições sólidas, vive de vantagens pessoais, quase gregas, ademais de benefícios de toda ordem.

O Estado que temos não é nosso, é dos outros, nunca nosso. As discussões em torno do futuro do Brasil estão amarradas por cargos, benesses, vantagens pessoais e de grupos, diferimento de impostos, incentivos seletivos a grupos empresariais o tal "coletivo". Se escondem entre "direita" e "esquerda", claro, mas deixam à mostra um estamento do qual não fazemos parte. O Estado Moderno não é nosso, é de quem o domesticou.

Funcionamos institucionalmente bem, sim, mas sob o manto da absoluta domesticação da sociedade. O Estado Brasileiro, administrado pelos que o capturam, vive de um acordo nocivo. Funciona a favor da domesticação da modernidade, dos indivíduos. Agora, adotou a ideia de que o que vale são os movimentos sociais. A eles deu invenção e os domesticou. Mas isto não passa de uma estratégia de controle de poder e recursos materiais. Nem os movimentos sociais, administrados agora pelo Estado, nem os indivíduos microscópicos tem valor e poder.

Não surpreende, então, que naturalizemos o banal, o incompetente, o primitivo. A discussão política é administrado por banalidades várias, como se o banal fosse natural. E como se a falta de sofisticação intelectual e a falta de conhecimento fossem naturais.

E este é um problema brutal, não desprezível. A domesticação da modernidade implicou em transformar em coisa normal a discussão das banalidades. E tudo hoje, com vantagens ainda, se resume ao tal "debate" entre esquerda e direita, com fundamentos tão banais quanto a natureza cotidiana da institucional, desprovida de bons debates e argumentos.

Enquanto a sociedade, movida, inclusive, por alguns de seus representantes e intelectuais, chafurda na polêmica entre a tal esquerda e a tal direita, todas bem primitivas neste canto de mundo, o estamento do andar de cima, composto, inclusive por funcionários públicos, continua a usufruir de tudo o que quer. Não atribuam somente a derrotas do governo os ganhos corporativos, salariais e tudo mais recentemente aprovados pelo congresso. Não são. O pessoal que vem ganhando continua ganhando. Continua sendo o governo dos outros.

E nós aqui fora a discutir.

## PRESIDENCIALISMO MALABARISTA E AS TRANSFORMAÇÕES MOLECULARES.

Edson De Oliveira Nunes

9 de Maio de 2015

Este é um tempo acochado pela conjuntura. E como tem sido também possuído pela dicotomia entre anjos e demônios, nós e eles, direita e esquerda, coisas assim, que tanto nos ocupam nos últimos tempos.

Dicotomias, como a de "esquerda vs direita" e outras tantas que encantam o pensamento social brasileiro são mais pobres do que nossa vida cultural.

Dicotomias constituem instrumento heurístico de grande utilidade porque nos oferecem imagens importantes para a compreensão de nós mesmos. Entre tantas, pensemos no que nos trouxe de compreensão a Belíndia, vital para nosso campo intelectual, assim como tantas outras, como a ideia de centralização vs descentralização, ordem pública vs ordem privada, a casa vs a rua, representação vs cooptação, moderno vs tradicional, sístole vs diástole e, agora, de novo, esquerda vs direita.

Como simplificações heurísticas, as dicotomias constituem relevante instrumento analítico. Argumento aqui, contudo, que a expectativa de hegemonia cultural, que habitava a agenda intelectual do partido vencedor das eleições desde 2002, está longe de acontecer no Brasil.

Argumento, enfim, que a sociedade brasileira, e sua política, não podem ser explicados por dicotomias heurísticas. O Brasil não é dicotômico.

A conjuntura tem razões profundas, históricas e diversas. Parece simples a quem olha, mas esconde transformações, permanências e tendências importantes. As grandes transformações são devidas a mudanças moleculares, invisíveis. Quando se observa uma grande transformação é porque ela já ocorreu, no meio da sociedade, antes de ser observada. Autores fundamentais nos ensinaram que o que vemos é o que já ocorreu no mundo microscópico.

A grande transformação, em verdade, é molecular. Para analisar a conjuntura brasileira, é necessário pensar nas transformações moleculares que administram o presente e o seu futuro.

É a combinação, mais que a dominância, hegemonia, de perspectivas e modos de fazer coisas, que nos tem caracterizado. Não é o debate esquerda vs. direita que nos define. Submeto que há uma tensão criativa, inevitável, entre traços de clientelismo, corporativismo, universalismo de procedimentos e insulamento burocrático, temas que já visitei em trabalhos passados. E os chamei de gramáticas políticas.

O presidencialismo brasileiro é malabarista. Claro, é chamado, competentemente, de presidencialismo de coalizão, mas vai além disso. Requer a compreensão profunda da sociedade brasileira, não só da face dos seus líderes políticos. O presidente do Brasil governa uma realidade que vai além dos partidos, administra uma sociedade complexa, governada por tendências distintas, por vezes compatíveis, por vezes contraditórias. Daí o malabarismo requerido.

O clientelismo requer relações pessoais, acumulação de poder e dinheiro, baseado em personalismo e trocas relevantes, um compadrio esclarecido, sem qualquer base legal. O corporativismo requer uma atenção aos benefícios legalmente esposados pelo legislativo. O insulamento burocrático foi uma estratégia, aperfeiçoada nos anos 50 do século passado, para retirar do compadrio ou do corporativismo aquilo que fosse fundamental para a política do momento. E o universalismo de procedimentos constitui uma voz daqueles que hoje são

chamados de neoliberais ou, na academia, de produtivistas. Parece que hoje, quem está na rua anda mais nesta gramática do que em outras.

Onde será que mora, segundo esta visão desenhada, a crise atual? Na incompetência de reconhecer que o que nos caracteriza é um presidencialismo malabarista. Tais gramáticas políticas ainda não foram substituídas por uma gramática dominante. O Brasil não é somente corporativista, clientelista, burocraticamente insulado, nem pertence ao povo que agora, em 2013, esteve na rua. Nem é de esquerda vs direita.

O presidente da República não administra apenas uma coalizão partidária, orienta um equilíbrio harmonioso entre diversos brasis, nem todos expressados na vida política diária. Ou bem o presidente é um analista da vida brasileira, ou será simples refém de uma agenda partidária. Lula sabe disso, estejamos seguros, como JK, por exemplo sabia.

O insulamento burocrático, por exemplo, invenção do passado, é vital para impedir que organizações essenciais para o país caiam nas mãos clientelistas e corporativistas. Assim, teria sido fundamental proteger a Petrobrás e os novos insulamentos burocráticos representados pelo mar de dinheiro dos fundos de pensão.

A virtude da tranquilidade política vem da combinação, da aceitação, virtuosa desta natureza complexa de nossa vida política. Cada governo que perdeu o mando sobre a combinação conheceu crises malditas.

O governo do PT vem errando na mão há bastante tempo. Sob o disfarce ideológico-partidário fez a mais deslavada política clientelista, no velho estilo brasileiro, distribuindo cargos, vantagens e benesses aos companheiros-amigos de clientela cativa. Aí, vem a rua, o panelaço, coisas agora acusadas de direita. O erro não começou no governo Dilma, é anterior, vem do Lula. Mas as transformações moleculares, que são invisíveis, demoram a aparecer. O sucesso de um governo, como a atenção à distribuição de renda, pode ser culpado pelos seus erros posteriores. O sucesso, na política, é o prenúncio do fracasso futuro porque a política não acaba. Não há sucesso permanente.

Distribuída a renda, o efeito político cessa. Seu sucesso de hoje é seu inimigo de amanhã. Os importantes ganhos políticos do governo, desde 2003 deixaram de ser alavanca. Só não podem mais ser retirados. Agora, fazem parte da natureza da vida brasileira. São ganhos permanentes. Mas não dão mais voto, no futuro. Viraram realidade. Parte da eleição atual da presidente pode ser atribuído ao competente uso do medo de sua retirada.

Mas já era tarde. Ganhou a eleição, mas transformações moleculares importantes ocorridas, inclusive pelo sucesso dos governos petistas, deixaram ver que a hegemonia se fora. O discurso morreu, o nós e eles, anjos e demônios, a direita e esquerda, já não motivaram o clima pós-eleitoral.

Não há hegemonia cultural, ao contrário do que pensou o governo nos últimos 12 anos. Havia governos de sucesso em agendas fundamentais. Pensar que o Brasil é povoado por uma sociedade "de esquerda", corporativista ou clientelista, é um erro fundamental. O Brasil não é isto ou aquilo. Sua presidência requer estadistas sábios. Não é coisa de amador.

Não se criou um novo Brasil, de direita e de esquerda, estamos sendo avisados. Os escândalos de corrupção quebraram o encantamento e, agora, podemos estar começando um círculo virtuosamente novo, no qual está gente "de esquerda" e "de direita", se acomode a um país mais complexo. Uma nova conversa.

A nova liderança parlamentar é produto, não causa. Eduardo Cunha, Renan Calheiros, Romero Jucá, Michel Temer e quaisquer outros que hoje governam, e como governam, são aqueles que

advém das transformações moleculares da sociedade. Acabou a hegemonia dos últimos 12 anos. E eles são produto desta grande transformação.

## POLÍTICA DE EPÍTETOS, A PAUPERIZAÇÃO DO DIÁLOGO

Edson De Oliveira Nunes

04 de Abril de 2015

O discurso azedo chafurda no facilitário nominalista. O outro, agora, é fascista, defensor da ditadura militar, direitista, golpista, a imprensa é golpista, o fato é golpista. E meu corrupto continua sendo melhor que o seu.

A política de epítetos pauperiza o discurso e, claro, o diálogo. Os "selos", atribuídos a quaisquer participantes da conversa política, parecem simplificar a conversa, trazer alívio e, sobretudo, certezas. Estamos presos demais a esta simplificação e ao aparente alívio que traz. Por ser rápida e incisiva, a simplificação tranquiliza a quem a usa. Ao dicotomizar o discurso, parece trazer sentido à vida política. Longe disto, contudo, apenas atrasa a reflexão, a educação sentimental e cognitiva.

Lembremos que um importante líder nacional se notabiliza por falar sobre "eles", os outros. E este "eles", impreciso, tem um poder de persuasão relevante. Não se requer do discursante nenhuma precisão analítica. A ele não cabe qualquer responsabilidade intelectual sobre o discurso: o "eles" é suficiente.

Tal estratégia, politicamente competente, é intelectualmente primitiva. O mundo é complexo, relações e ideias são complexas e multifacetadas. A interpretação da vida não cabe em "nós" e "eles", a não ser num mundo não-secularizado, mágico, sagrado. No mundo profano, secular, a vida é diversa, complexa e não cabe em nenhum "nós" e "eles".

Até o chamado pensamento selvagem já mostrou, por meio de analista genial, que a vida é complexa, diversa, que o mundo é percebido em categorizações sofisticadas. Mas a brigaria política atual se satisfaz com epítetos? Até quando vamos nos satisfazer, ou enganar, com esta conversa de segunda categoria intelectual?

Penso que, aqueles de nós que sabem destas coisas, poderíamos ajudar um pouco mais a transformação da consciência binária, a dos epítetos, em algo mais complexo. Mas parece que até mesmo nós, pelo menos, muitos de nós, estamos satisfeitos com esta pobreza?

## SOBRE GOVERNOS CIVIS E MILITARES NO BRASIL.

Edson De Oliveira Nunes

03 de Abril de 2015

"Nada é como se dá. Temos que alterar os fatos, tais como se deram, para poder realmente perceber o que se deu. É costume dizer que contra fatos não há argumentos. Ora, só contra fatos é que há argumentos. Os argumentos são, quase sempre, mais verdadeiros do que os fatos. A lógica é o nosso critério de verdade, e é nos argumentos, e não nos fatos, que pode haver lógica." (Fernando Pessoa)

Envolvidos numa batalha ideológica que, em verdade, a poucos interessa, seguimos, no Brasil, à deriva. O governo privilegia a batalha ideológica aos fatos. Todos, em redor, governo inclusive, construímos explicações para o fracasso. Foi a crise internacional. Escolhemos proteger nossa população, coisas assim, razoáveis. Outras, nem tanto, temos também que destruir nossa presença internacional e aplaudir experimentos latinos fracassados porque os consideramos aparentados com nossa ideologia.

Escolhemos, e não foi só o governo, foi a sociedade que elegeu o governo, um pensamento primitivo e salvacionista sobre o funcionamento das coisas. De um lado, vejam, fizemos, nos últimos 12 anos, uma opção correta, a de gastar dinheiro público com a superação da miséria, criamos importantes programas que, hoje, são inseparáveis de nossa agenda de políticas públicas. Não devemos abrir mão e, aparentemente, não queremos, abrir mão de nossas políticas sociais redistributivistas.

São baratos e relevantes os programas sociais. O que o Brasil fez, em termos de combate à desigualdade e à miséria, é quase único.

Combater a miséria e a pobreza, melhorar a distribuição de renda, é agenda relevante, seja do ponto de vista humanitário, seja do ponto de vista técnico. Não há vantagem alguma, seja do ponto de vista econômico ou humanitário, em manter a pobreza e a miséria. É pura estupidez, sem ideologia, é pura estupidez.

Portanto, vejam, superamos a fase em que se podia dizer que havia ódio contra os pobres, que alguém estaria aborrecido porque os pobres estão a ganhar benefícios. Quem pode estar aborrecido, isto sim, é o povo do andar de cima, aquele um por cento de que os americanos falam, que perigam perder benesses governamentais.

Os militares tentaram investir numa burguesia brasileira, inventar uma classe social e compromete-la com um projeto de Brasil Grande, aquele da Copa de setenta. A tal burguesia brasileira rapidamente enriqueceu, vendeu seus ativos e mudou-se para Miami. Os militares, com aquele projeto de modernização por cima, ficaram a ver navios.

Depois, fraco de memória, vem o PT, com a mesma conversa, criar as empresas fundamentais, a burguesia brasileira. E tome dinheiro nelas, Friboi e coisas assim. Ganharam, os governantes, uns minutos de sossego, mas compraram o povo errado. É que não existe fato sem interpretação. Já cometêramos o erro antes, a tal burguesia brasileira, a verdadeira, ainda está sendo construída, o governo apostou, para fins exclusivamente eleitorais, nos candidatos da vez, que também poderiam todos ir para Miami, se os procuradores não chegassem antes,

Não para viver assim, fingindo que temos clivagens ideológicas fundamentais e nos afundando no abismo da corrupção clientelista.

Está na hora de acordar. Não há clivagens insuperáveis entre o que se chama de esquerda e o que se chama de direita no país. A agenda da esquerda e da direita se refere a aspectos

civilizatórios relevantes. Não se confunde com conversas sobre roubos, corrupções, os fins justificam os meios, nada disso, não se confunde com a moralidade.

Estamos confundindo as coisas. A agenda civilizatória inclui, sim, contradições sobre os fundamentos, mas não inclui nenhuma esperteza sobre o roubo, a mentira, a esperteza.

Bagunçamos a conversa sobre esquerda e direita, como brasileiros. E nos empobrecemos com esta bagunça.

Nem o pensamento de esquerda, nem o pensamento de direita, querem estar associados à improbidade moral. Não há escolha. O pensamento, o argumento, sobre futuros desejáveis, não pode incluir imagens trêfegas e corruptas. Estamos capturados pela conversa errada, sobre este ou aquele governo.

Esta encrenca toda, foi meu ladrão ou foi seu ladrão, está errada. Todos nós, cidadãos de bem, não podemos cair nesta falsa escolha, não existe o meu ladrão ou o seu ladrão.

A fuga ideológica é nada mais que isto, uma fuga. Ou somos competentes ou brigamos em torno de uma guerra falsa, disfarçada de preferências.

Não existem alternativas à competência. A ideologia não pode ser um disfarce. O bem-estar das pessoas é fundamental.

## TUNEL DO TEMPO-ENTREVISTA DE 1997 PARA SER LIDA EM 2015

Edson De Oliveira Nunes

18 de março de 2015

Repórter pergunta- A presidente tem condição de superar o episódio sem traumas?

Nunes: O Escândalo abalou o governo, e de maneira muito surpreendente. Desde o governo Collor, fatos desta magnitude assustam a população. O cidadão sente orgulho quando a imagem do seu governante é cristalina, límpida, como se ele estivesse vendo no espelho uma imagem de si mesmo.

Repórter: A imagem presidencial ficou maculada?

Nunes: Eu acredito que sim. Há um livro francês chamado "O Indivíduo ferido no coração pelo Poder Público". É aquele cidadão que vê a sua própria imagem maculada quando a honestidade do governante é questionada. É como se existisse uma interação implícita entre cada indivíduo e seus governantes. E é como se esta mácula fraudasse esta imagem. Isto já aconteceu no país no governo Collor. Hoje há muita decepção e frustração. Talvez a imagem possa ser recomposta. Há uma possibilidade de recuperação, mas a ferida é muito dolorosa.

Repórter: A partir deste momento podemos dizer que os pilares programáticos do governo ficaram mais frágeis?

Nunes: Acho que sim. Mas o importante neste momento é descobrir se esta ferida atinge a relação dos cidadãos com a presidente ou com apenas algumas pessoas do seu governo. Em todo caso, de alguma maneira a presidência fica contaminada porque num sistema presidencialista, quase monárquico como o nosso, é muito difícil que o indivíduo não identifique os erros do governo com os erros da presidência, e não associe sua decepção à figura do presidente.

Repórter: Até que ponto a demissão de pessoas envolvidas no escândalo pode contribuir para que a crise seja superada.

Nunes: Vendo aqui debaixo, como cidadão, acho que um amigo ou associado, numa circunstância desta, deve se afastar do presidente. Os envolvidos devem se afastar do governo para preservar a presidência.

Repórter: O Congresso Nacional é a expressão do clientelismo?

Nunes: Com certeza expressa muito o clientelismo por falha na estrutura política brasileira. Os partidos políticos brasileiros têm o monopólio da participação política, mas eles não têm o monopólio da representação. Na prática, o deputado não representa partido nenhum, representa a si mesmo. Isto faz com que ele tenha uma tendência clientelista inevitável.

Repórter: Como o senhor analisa a expectativa do brasileiro em relação aos políticos?

Nunes: O problema todo é que os políticos têm feito do Brasil e da política do Brasil uma profecia que frequentemente se auto cumpre. Quando você analisa as pesquisas de opinião, constata que as pessoas têm uma expectativa muito ruim em relação aos políticos, um descrédito muito grande. E cada vez que eventos como este, da compra de votos, se repetem, trata-se de fazer a profecia que se auto cumpre. É um reforço ao descrédito. O mais interessante é que estas práticas corruptas, clientelistas são tradicionais no sistema político.

Repórter: Mas então o capitalismo é o culpado pela venda de votos?

Nunes: É que em algumas sociedades, como a brasileira ou a italiana, por exemplo, estas características sobreviveram de forma solidária, pessoal. A sociedade não passou para o capitalismo moderno, em que prevalece a impessoalidade. Mantém-se, então, o padrão de trocas generalizadas, e não específicas, A sociedade brasileira tem como característica as relações pessoais de trocas. Não é uma sociedade rudimentar. Pelo contrário, é plenamente capitalista, mas numa versão diferente da que conhecemos no Norte Europeu e nos Estados Unidos.

Trata-se de um capitalismo permeado por aquilo que, talvez erroneamente, chamamos de cordialidade brasileira. Mas apesar desta cordialidade, é uma sociedade com distribuição de renda absolutamente desigual, com corrupção e muitos problemas sociais.

Repórter: As gravações divulgadas esta semana sobre a venda de votos mostram que as conversas eram cordiais...

Nunes: A venda de votos é, na verdade, um ato de banditismo, mas fica debaixo desta capa de cordialidade. Não parece conversa bandida, parece uma conversa solidária, de bons companheiros. (TRATA-SE DE UMA ENTREVISTA AO JORNAL DO BRASIL, EM 18 DE MAIO DE 1997. DEI COM ELA AO MEXER EM PAPÉIS VELHOS, TOMO A LIBERDADE DE A SUBMETER AOS AMIGOS DO FB. SERÁ ENGRAÇADA OU DEPRIMENTE A CONSTATAÇÃO DE QUE AS COISAS TANTO SE ASSEMELHEM OU SE REPITAM?)

## TEMPO PERDIDO NA BRIGA "IDEOLÓGICA".

Edson De Oliveira Nunes

10 de Março de 2015

Grande parte da encrenca, aparentemente ideológica, esconde, na verdade, um velho e conhecido Brasil. Três assuntos importantes merecem discussão fora do estapeamento atual, tendo em vista as preferências dos governos pós-2003: clientelismo, corporativismo e a ignorância travestida de ideologia.

Primeiro, o velho clientelismo continua ativo e operante. O "aparelhamento" do Estado, repetidamente vituperado por analistas à direita, de fato nada mais é que o velho clientelismo. Quando é feito pela esquerda recebe outro nome, mas, estejamos seguros, é o nosso velho conhecido clientelismo, compadrio.

. Os governantes, desde 2003, resolveram entregar cargos e postos a seus seguidores e associados. A isto se chamou de aparelhamento. Apenas fizeram exatamente como o faria qualquer coronel clássico da política brasileira e exatamente como, pelo que se sabe da lista de cargos e seus pesos respectivos, o teria feito Tancredo Neves, em 1985.

Acontece, de um lado, que os "companheiros" nunca acharam que isto não passava do velho clientelismo e da velha patronagem da cena brasileira. Acharam que era uma missão ideológica. De outro lado, os críticos, capturados por outras razões ideológicas, deixaram de dar nomes aos bois. Então, ficou combinado, quando um político tradicional faz estas coisas, é clientelismo e patronagem, quando um "partido novo" faz as mesmas coisas, é aparelhamento, na cabeça dos críticos e, na cabeça do partido, uma missão ideológica.

Tive a oportunidade de conviver, como técnico, com governos vários desde a década de oitenta do século passado. Se alguma coisa houve de diferente nos governos pós-2003, foi o exagero. Ocuparam cargos em muitos níveis do governo. Trouxeram, de toda a parte do país, amigos, associados, militantes, para postos do governo federal.

Tive a oportunidade de interagir com alguns deles, completamente incompetentes tecnicamente e incapazes de entender o que se passava. Eram boas pessoas, militantes honestos, que pensavam que em postos de direção no governo federal há muita política a fazer. Vinham com o apetite dos movimentos sociais, com o apetite de quem disputava a presidência há tempos, e agora iam fazer a "política" certa. Acontece que o governo é uma enorme e brutal máquina técnica, normalmente ocupada por servidores de boa qualidade, na qual a política sindical ou de movimentos sociais nada tem a fazer.

Em verdade, tive compaixão, senão pena, daqueles que foram trazidos de suas militâncias para o interior desta máquina técnica. Um vexame. Um atraso. Uma adição de incompetência à uma máquina que prescinde de ajuda para ser incompetente, por conta de suas amarras e burocratismo, não precisa de ajuda. Os servidores públicos de nível técnico, na sua maioria, são exemplares, e nem assim conseguem desemperrar as amarras. Imagine o que acontece quando recebem uma infusão de incompetência.

Ao clientelismo esquerdista faltou a sabedoria histórica do clientelismo, coronelagem e patronagem clássica. Errou na mão, com resultados pífios. Manteve, contudo, a lógica do coronelato: todos sabem quem são os chefes, quem é o chefe, e para onde fluem os recursos de poder, prestígio e recursos. Nada de novo na gramática, algo de novo no exagero.

A outra ponta, prima da primeira, é o corporativismo. Ao contrário do clientelismo, que é mecanismo informal de acumulação de poder, dinheiro, honra e prestígio. O corporativismo é protegido por leis e administrado por sindicatos, federações e confederações, inclusive

patronais, que extraem do governo, depois que o Congresso lhes dê uma lei de reconhecimento, os benefícios e o poder que desejam.

Os governos pós-2003 desenvolveram uma preferência eletiva para tratar com a "sociedade civil organizada", resumidamente, desenvolveram uma preferência para lidar com corporações que são donas de benefícios e regras de barreira que o Estado lhes confere. Dos sindicatos à UNE (para minha tristeza como militante dos anos 60) o governo cedeu às corporações e movimentos sindicais patrocinados, uma sociedade no poder.

A combinação de clientelismo com corporativismo, enquanto há recursos orçamentários disponíveis, é muito boa. Você compra os movimentos sociais, dá poder às corporações em geral (para quem, como eu, se relaciona com o MEC, é inferno astral) para dizer o que deve ser o conteúdo da "política pública", que passa a ser a política das corporações e do clientelismo.

Tudo isso passa sob o véu de ideologia, quando nada mais é que o Brasil tradicional em funcionamento. Acontece que isto custa caro, esta gente toda precisa ser comprada com verbas, favores, benefícios e compromissos. Todos gostam de você até seu dinheiro ser curto.

Sabem aqueles atos que os meninos no sinal (farol) de trânsito, quando jogam as bolas para cima e as mantêm no ar? É isto, uma política clientelista e corporativista requer que você mantenha as bolas no ar. E elas são alimentadas com dinheiro e favores.

Quando falta a grana, o orçamento público que você gastou com os amigos e o apoio, e as bolas começam a cair no chão, seus amigos começam a faltar. A "ideologia" começa a faltar. E você, governante populista, clientelista, corporativista, fica abandonado.

Aí você descobre que errou. Você não está sozinho neste erro. Outros presidentes passaram por isto. É que sua conta só fecha se houver prosperidade econômica, se os preços não incomodarem, sem mencionar o fato de que você precisa ter bons amigos na elite empresarial, sindical e dos movimentos sociais, exatamente aqueles que você financiou e hoje te abandonam. Pergunte ao Sarney, ao Jango, a Vargas qual é o tamanho da encrenca quando você erra na mão.

A terceira perna é a ignorância. Toda esta encrenca requer competência política, técnica e analítica. O Brasil não se presta a amadores, como já se disse. A ignorância de que o governo federal é uma mistura sofisticada de gramáticas políticas, clientelistas, corporativistas, técnicas e individuais, obscurece a vista do amador, para ficar no Tom Jobim.

Gastemos um parágrafo com a ignorância, a meu ver um dos principais ingredientes da crise atual. Governos são entes complexos, requerem a observação de um sistema de equações múltiplas com incógnitas, às vezes, em excesso. Sistemas de tal complexidade requerem cuidado e análise. Não vale atribuir ao recurso banal (foi uma conspiração, foi a Globo, foi o FHC, foi o PT) a explicação para a eventual insolubilidade de um sistema de equações com número excessivo de incógnitas.

Ao ignorar que a vida social e política é multivariada e insolúvel, precisaríamos admitir os limites da nossa cognição e precisaríamos aceitar a noção de que precisamos pensar, discutir, negociar, para muito além das preferências ideológicas que parecem nos separar ou confortar no momento.

As gramáticas tradicionais da política brasileira são nossas velhas conhecidas, tudo bem. Mas a ignorância, como aponta a crise atual, é igualmente grave. A ignorância é devastadora. E se for baseada em eventual ideologia, ainda é pior.

O governo atual não é de esquerda ou de direita. É ignorante.

Acabo de fazer as anotações acima, as releio. Longas demais. Catilinária de cientista social que acha que falta nos programas de doutorado na área. Ninguém as lerá.

## O OUTRO LADO DA CRISE.

Edson De Oliveira Nunes

8 de Março de 2015

O Congresso brasileiro não gosta de votar temas que não tragam recompensas individuais e imediatas aos eleitores. Deputados e Senadores gostam de dizer aos eleitores que eles criaram aquela aposentadoria, aquele direito, aquele benefício reconhecido pelos eleitores.

Agora são chamados a votar um ajuste econômico, sem que tenham obtido qualquer recompensa, sequer ouvidos. Não tem perigo de dar certo.

Nossos Congressistas não são mais que vereadores com benefícios especiais. São chamados a votar um programa de ajuste econômico, que os bestas do governo chamam de ajuste fiscal.

Ajustes, assim como planos de recuperação, não são boas coisas para deputados e senadores. Produzem bens públicos, isto é, bens dos quais todos podem usufruir.

Congressistas brasileiros não têm apetite para bens públicos. Bens públicos pertencem a todos, trazem benefícios para todos. Nossos congressistas, veja só, não gostam de benefícios para todos. Gostam de benefícios divisíveis, que servem a este ou àquele grupo, com o qual possam se identificar e, para o qual, possam fazer o discurso de campanha: lembra daquele benefício? Quem trouxe fui eu.

O bem-estar público é indivisível, serve a todos. E, por isto não serve a um congressista, que precisa de votos, portanto de benefícios divisíveis. Lembremos que os Congressistas custaram a aprovar o Plano Real, feito por medida provisória, que acabou trazendo benefícios indivisíveis para toda a sociedade.

A mesma razão, com sinal inverso, que levou o Congresso a não querer aprovar o Plano Real, leva Congresso a não querer aprovar o ajuste econômico. A crise conjuntural adiciona pimenta à massa.

Mas o ajuste é mais complicado que o Plano Real. Se aquele continha benefícios para todos, o ajuste requer, necessariamente, um acordo de interesses. Alguém, ainda indeterminado na percepção coletiva, vai perder. A conta de quem vai perder mais ou ganhar mais ainda não está completa. Mas, estejam seguros, ajustes não são processos neutros.

Supondo que todos percam, ainda assim, uns perderão mais que os outros. Ajustes não são neutros. Não se faz um ajuste por acordo social. Na dúvida, estude a situação da Grécia, Faz-se por acordo e comando político. Ninguém inventou o ajuste neutro. Mas alguns avanços sociais, por exemplo, baratos como a Bolsa Família e seus produtos associados podem ser perfeitamente protegidos, até mesmo porque são baratos.

Caros, aí mora um grande perigo, são as outras bolsas que o governo incompetente inventou às custas do contribuinte, como aquelas das "pedaladas" nas contas, como os preços represados e como o recreio dos bandeirantes inventado no BNDES.

Não é com o bolsa família a encrenca atual.

Sem uma grande defesa presidencial, tudo fica difícil. Nosso ajuste conta com a oposição da própria presidente que, mal sabe, pagará o preço mais alto por não o defender, assim como não admitirá ter por produzido, incompetentemente, as razões pelas quais o ajuste é requerido.

Permitam dar o nome às coisas. O clientelismo tomou conta do processo. Cargos, dinheiros, poderes, foram trocados para que o PODER funcionasse. O OUTRO LADO DA CRISE é este,

a natureza clientelista, por todos aceita, da maneira de fazer política. O clientelismo não é uma doença, é uma prática, embora informal, perfeitamente racional de controlar recursos e poder, embutida em nossas vidas. Na vida clientelista, todo mundo sabe quem manda, todo mundo sabe para onde fluem os recursos. Sem segredo e, com a ajuda dos deuses, sem prova.

Agora existem os investigadores independentes, aparentemente ilesos, distantes, da cultura política brasileira tradicional. Acontece, contudo, que o judiciário brasileiro tem se demonstrado totalmente aproximado às demais instituições brasileiras, clientelista, cheio de patronagens e parentescos.

A minha nota triste é simplesmente esta: nenhuma instituição brasileira está liberta do clientelismo, parentescos e coisas assim. O judiciário não é diferente do executivo ou do legislativo.

O outro lado da crise é simplesmente este, somos mais iguais ao clientelismo tradicional ou estamos construindo algo novo? Estou entre os descrentes.

## NÃO GOSTO DO PT

Edson De Oliveira Nunes

08 janeiro de 2015

Não gosto do PT, falei em voz alta. Mas gosto de vários petistas, tenho até, no coração a petista ideal, professora da UFF, aquela que mais admiro, com sotaque português e tudo mais. Não gosto do PMDB e nem gosto de muitos peemedebistas. Não gosto do PSDB e gosto de muitos peessedebistas. E agora escrevo um texto longo que ninguém há de ler, sobre as nossas mazelas partidárias e a encrenca que nos espera.

Ainda falando em voz alta, conclui que o PT é múltiplo. Penso em quatro, sem falar das tais correntes internas. 1). Existe o PT militante, fervoroso, correto e honesto, das ruas. 2). Existe o PT que se aproveita das ruas para fazer corretagem política, ganhar cargos e fazer política tradicional, são os despachantes, que andam pelos ministérios e secretarias de estado, falando em nome do partido, e exigindo cargos de toda natureza, em nome dos eleitos que apoiaram e em cujas campanhas trabalharam. 3). Existe o PT parlamentar, grande e respeitável partido parlamentar, com quadros bem complexos e duvidáveis, mas duvido que alguém ponha em dúvida, por exemplo, o senador paulista que nos deixa e que honraria qualquer estado brasileiro. O grosso dos outros quadros ficaria bem em qualquer outro partido. PT parlamentar é uma sombra empobrecida de si mesmo. 4) E existe um PT de expediente, que usa a cartilha marxista, a dialética e tantas outras coisas complicadas, para fazer com que os fins, quais ninguém sabe, justifiquem os meios.

Resumindo, existe um PT de gente ativa, existe um PT de despachantes espertos, existe um PT de políticos profissionais, decentes uns, indecentes outros, e existe um PT que tem uma vocação meio mafiosa, quadrilheira. No mínimo quatro, com parca comunicação entre um e outro. Os militantes honestos não saberiam o que fazer com esta malta que assombra as salas de espera do congresso, assembleias, ministérios e secretarias.

Ainda falando comigo mesmo, pergunto, o que separa este partido dos demais, dezenas, de partidos brasileiros? Talvez nada mais o separe dos demais, posto que todo partido brasileiro tem o sonho de vir a ser um enorme PMDB. Mas, claro, alguma coisa ainda o separa dos demais, que é a falácia marxista, pela qual, por meios intelectualmente tortuosos, deu-se de achar que os meios, mesmo mafiosos, justificam os fins. Não há nenhuma vantagem moral ou cívica que faça do PT, hoje, um partido melhor que os demais. Não há mais virtudes cívicas ou morais que o justifiquem. Ele apenas quer poder parlamentar. Um partido, como os demais, amoral. E ainda tem o desplante de nos incomodar com relativizações do significado da liberdade de opinião, por exemplo.

Mas, concordemos, os fins que o PT institucionalizou na vida político-institucional brasileira são agora incontroversos. São patrimônios da sociedade brasileira. Ninguém irá contra eles. São baratos, desde o ponto de vista econômico e do orçamento federal, são moralmente inatacáveis, e resumem a dívida que temos. Apostem todos que o ajuste de Levy não vai tocar nos programas sociais, que são baratos.

Caro é o lado mafioso, das grandes concorrências, das eventuais privatizações com outros nomes, dos grandes contratos, inclusive em torno da Petrobrás. Nisto o PT não entrou sozinho, havia tecnologia institucional disponível, desde sempre. As elites brasileiras, que nome se queira dar para os grandes negócios, são especialistas na domesticação de partidos. Não se apedreje o PT, sozinho, por ter sido amador no trato com a elite brasileira dos grandes negócios. Apenas deixou rastro, de um lado, e, de outro, o aparato de controle não é tão incompetente como o foi no passado. O PT veio ao poder quando amadureceram vários mecanismos, pós 88, de controle e investigação. Pensava que a política era a de sempre, e claro, tem a mesma cara, mas o Estado mudou. E, como amadores na história brasileira de corrupção, patrimonialismo e clientelismo os operadores deixaram rastros. Vai pagar pela burrice.

Nenhum brasileiro, cínicos como somos, duvida que empreiteiros, grandes corporações, concorrências, privatizações, grandes contratos, que nome se queira dar, no Brasil, sempre tiveram uma "afinidade eletiva" com ganhos partidários.

O PT mafioso chegou atrasado e não viu. Os mecanismos mudaram, os controles mudaram, a Constituição de 88 começou a produzir resultados. Tudo parece igual, mas tudo é diferente. Não basta sonhar em ser um grande e único PMDB, tem que aprender que tudo mudou. E o PT não viu.

Não gosto do PT. E acho que perdeu a viagem, jogou fora os militantes sinceros, agora só tem os despachantes e os quadrilheiros. Não é um belo problema?

## A LENDA DE DILMA?

Edson De Oliveira Nunes

1 de dezembro de 2014

No final do filme "O Homem que Matou o Facínora", de John Ford, há uma frase importante do jornalista: "aqui é o Oeste, quando a lenda se torna mais importante que o fato, publica-se a lenda". Parece até provérbio de marketing moderno. Penso nisso por causa da nossa figura presidencial, que está ficando conhecida como pessoa de pavio curto, de maus modos, impolida e, também, de alguma mesquinhez sentimental. São muito os exemplos de grosseria com jornalistas, com ministros e assessores.

E no território da mesquinhez emocional (para não falar do descuido dos códigos e da liturgia política) desde quando o novo Ministro da Fazenda, bem como o do Planejamento e o Pres. do Banco Central são apresentados ao país por um assessor de imprensa e não pela figura presidencial, principalmente numa solenidade na qual o Ministro da Fazenda diz que o PSDB (nas entrelinhas) não estava tão errado e que a Neca Setúbal não era um grande problema, apenas estava no banco errado? E, de lambuja, parece que concluíram também que o Banco Central não rouba comida do prato das pessoas?

O Ministro da Fazenda nos mandou um Telegrama, o Telegrama do Levy, dizendo que a política econômica do país ia mudar, mas a signatária do telegrama não estava lá. Outra mesquinhez sentimental? Custava ter citado o nome do opositor derrotado no seu discurso de vitória de campanha? Custava? Outra mesquinhez? Entendo que prefira ser chamada de Presidenta, Mas EXIGIR que a chamem de Presidenta é um ato de pura mesquinhez e grosseria. Ou não é?

Voltando ao Homem que Matou o Facínora, que diz que, quando a lenda se torna mais importante que a realidade, publica-se a lenda, que memória de si nossa figura presidencial quer deixar? Qual será a sua lenda? Ou não se importa? Não sou de torcer contra governos, muito pelo contrário, nem sou de aderir a governos, também muito pelo contrário. Como técnico de governo, entre 1985 e 2011 trabalhei com as mais variadas aparições de salvadores da pátria, mas o desta senhora está desafiando todos os humores. Ainda assim, torço a favor.

## A ELEIÇÃO E O FALSO DILEMA INTELECTUAL

Edson De Oliveira Nunes  
11 de outubro de 2014

Estava aflito para assistir ao debate dos dois ministros da economia, o atual e o do porvir. E fiquei completamente frustrado. O ministro do porvir parecia entediado, como se a ele só coubesse dizer: está tudo errado, o modelo está errado. Falou para dentro. Eu sei o que ele está falando e não acho que esteja errado, mas nada disse. Estava entediado. O ministro da situação deu-lhe uma aula de política. Falou sobre vender caminhões, coisas assim, no consumo. Foi uma conversa de loucos, na qual o ministro da permanência passou uma navalha no ministro que quer entrar. E todos perdemos. Ninguém pode ser contra o consumo, ninguém pode ser contra a felicidade das pessoas. O problema é a felicidade no longo prazo, questão sobre a qual os dois foram omissos, requer pagamentos e tem custos. A gente, ao oferecer vantagens, saca sobre o futuro. O ministro da permanência deu uma caneta no outro, entediado.

O problema é a felicidade no longo prazo. Sem felicidade no longo prazo, não há razão para o Estado ou para as famílias.

O conflito não se resume entre aqueles que são contra os pobres e a favor dos pobres na presente eleição. Ninguém há de ser contra os avanços dos 20 anos. Não há como voltar atrás. Só temos que ir à frente. Ninguém, em sã consciência, é contra os pobres ou contra o Nordeste. Que diz o contrário simplesmente não tem vergonha ou caráter.

Todos os cientistas sociais, economistas entre eles, sabem que há uma conta a ajustar ali à frente. Tem uma encrenca ali à frente. As contas não vão fechar. Em conversa simples, trata-se de estoque vs fluxo. Há quem queira ajustar mais rápido, há quem queira ajustar depois. Seja como for, teremos que ajustar. Não dá para viver de fluxo, se queremos ser grande potência.

Essa coisa de fluxo e estoque parece coisa de dono de boteco, não é mesmo? Mas não dá para viver de fluxo para sempre. O fluxo varia em função de muitas variáveis e se você fica dependente dele, fica dependente de uma concepção de Estado que não fica em pé.

Aí é que mora o perigo final. Doutrinas, algumas das quais adotei por um tempo de vida, como esquerdista adolescente, precisam ter consistência numérica no longo prazo. Em resumo: fluxo é bom, mas estoque é mortal.

## MARVEL COMICS E AS ELEIÇÕES NO BRASIL

Edson De Oliveira Nunes

16 de setembro de 2014

Parece que na explosão final do planeta Krypton, além dos males conhecidos, descobriu-se agora, em 2014, que foi exportada também uma super-heroína maligna, chamada Franzina, capaz de destruir tudo.

Todos os super-heróis são americanos e querem destruir Nova York, mas a Franzina, possuída por kryptonita vermelha, baixou no Brasil (com Z) e quer destruir a civilização brasileira. Não gosta de nada daqui. Já acabou com o pré-sal. Vai destruir a Petrobrás. E ainda não viram o que vai fazer às crianças.

A Franzina andava entre nós até recentemente, disfarçada como entidade amiga, até fingia que era ambientalista, que gostava de florestas, que fora empregada doméstica, enfim, que fora uma brasileira de valor. Conseguiu até ser filiada a um dos principais partidos do Brasil, por muitos anos, respeitada por seus fundadores. Mas agora se revelou como sócia do capeta, tudo que ela falava, e nós aplaudíamos, era mentira. Ela nos enganou a todos.

Nós somos uns idiotas. Mas agora acordamos e descobrimos que ela era uma ET disfarçada. Parece que a Franzina tem o poder de destruir o Brasil. Temos que ter muito cuidado. Quem deparar com a Franzina por aí tem que denunciar a alguém, temos que salvar o Brasil das garras da Franzina, pura kryptonita vermelha.

## ELEITOR SEM FRONTEIRA

Edson De Oliveira Nunes

5 de setembro de 2014

As ONGs associadas aos direitos civis, reunidas no Rio de Janeiro, para tratar do grave problema relacionado à eleição fluminense atual, admitem, desde o ponto de vista conceitual, a existência de um déficit democrático e de representação da democracia federativa brasileira. O cidadão de um estado federado, como o RJ é obrigado a votar. Mas a sua escolha individual é constrangida pelas elites partidárias que, ao controlar a pauta de preferências, determinam o seu leque de alternativas. O indivíduo tem que votar nas pessoas que os partidos oferecem. As ONGs considerem que isso é uma ofensa aos direitos civis. Os indivíduos deveriam poder votar em candidatos de outros estados se os políticos de seus estados estivessem abaixo do vexame aceitável.

Aqueles que se ocuparam, no período Inter eleitoral, de construir suas empresas eleitorais, ou partidos, constroem os demais a votar nas listas de pessoas que lhes são apresentadas. Eu não estou querendo votar em nenhum dos candidatos a governador ou senador. Numa sociedade, aparentemente aberta, como a nossa, impera uma lei de ferro da oligarquia partidária, já diagnosticada por Pareto. Os cidadãos de bem só se dão conta disso à época das eleições, quando se deparam com o quadro triste de escolhas. No RJ ainda se conseguem boas escolhas para deputados federais e estaduais, mas governadores e senadores constituem uma lista teratológica, de uma oligarquia de ferro, repetindo o termo de Pareto, que parece nos desprezar a todos.

Nós, fluminenses, não temos para onde fugir, nem temos como nos desculpar. Deixamos que isso nos fosse imposto. Agora enfrentamos esta teratologia escatológica. A quem recorrer? Não vemos alternativa a não ser apelar para o governo federal. Pensamos na criação de um programa, à moda dos demais programas do governo federal, que bem poderia se chamar ELEITOR SEM FRONTEIRAS, pelo qual o governo federal nos deixaria votar em governadores e senadores de outros estados. Também nos ocorreu a BOLSA ELEITOR, pela qual a gente poderia viajar para outro estado e, com sorte, até para outro país, justificando a ausência.

Se nada puder ser feito, alguém teria que fazer algo, para nos ajudar a sair desta infernal destinação. Já fomos um grande estado, Já honramos o Brasil. Hoje, acho até que o envergonhamos. Envergonhamos porque somos a porta de entrada, a cara do país, o Rio de Janeiro. Não podemos entregar a este exército Branca Leone a representação de quem somos. Ou podemos?

## ELEIÇÃO COMEÇOU EM 2013

Edson De Oliveira Nunes

28 de agosto de 2014

Estou entre aqueles que acham que esta eleição presidencial começou em junho do ano passado. A elite política brasileira, desde sempre, se acostumou a absorver, por meio de suas instituições, toda e qualquer forma de descontentamento. Somos craques na tarefa de institucionalizar o descontentamento, a desgraça, qualquer coisa. Trazemos para dentro, aqui dentro, administramos tudo, distribuimos benesses, cartórios, bolsas, quotas, aposentadorias, agora, como quer o homem do PSDB, também distribuimos correção de aposentadoria para idoso comprar remédio.

Vamos disputar com os homens do PT quem distribui mais coisas? Isto é uma bobagem. O que a elite organizada precisa é institucionalizar qualquer demanda. Trata-se de trazer para dentro todo e qualquer problema. Somos um gigantesco PRI, um neo PRI brasileiro no qual todos somos de esquerda. Vai começar uma eleição na qual haverá uma corrida para saber quem vai distribuir mais, como se as contas públicas fossem infinitas. Somos todos esquerdistas, mas fomos reprovados em economia doméstica.

A eleição começou em junho do ano passado porque a agenda não é mais essa. Ninguém mais discorda do mérito das políticas redistributivas. São baratas, desde o ponto de vista de seu peso no orçamento federal, são bem-vindas, devem ser incentivadas. Ninguém mais discute o mérito das políticas de quotas, discute-se apenas sua técnica de aplicação aqui e ali. Vencemos esta etapa. Nenhum presidente da república vai poder recuar nas políticas redistributivas. São uma conquista permanente. Devem e podem ser aprofundadas e aperfeiçoadas.

A eleição começou em junho de 2013 e as elites organizadas se deram o direito de ignorar porque estão acostumadas a absorver todo e qualquer conflito. Tem sido assim ao longo da república. Aperfeiçoamos este método de comando depois dos ganhos de construção do Estado Nacional de 1930, ganhamos sofisticação com a democratização de 45, e nunca mais abandonamos a boa e velha tradição de absorver e institucionalizar, democraticamente, demandas e insurgentes.

Os militares, estupidamente, usaram da força para fazer aquilo que os civis vinham fazendo pacificamente, e ainda o fazem ao longo de décadas. Se não pedem desculpas agora, pelas atrocidades perpetradas, é tanto pela estultice desnecessária do que fizeram, pela barbaridade monstruosa à qual se entregaram, como também pela estupidez e insensatez política à qual se entregaram.

A eleição começou em junho do ano passado e os políticos e os partidos ainda se recusam a ver. A eleição começou em junho do ano passado e não vai acabar em outubro do ano corrente. A sociedade não cabe mais no Estado que temos.